

Perspectiva de longo prazo

ECONOMIA - BRASIL

TARCISIO PADILHA JUNIOR
EMPRESÁRIO

Qual o nível de transferência de recursos reais para o exterior que a próxima geração estará disposta a aceitar, sem partir para o confronto?

Formulada pelo ex-ministro Reis Velloso, no início da década de 1990, para além do viés ideológico a pergunta propõe que a questão da dívida deva ser vista numa perspectiva de longo prazo, de até 30 anos.

Fato é que, à medida em que nos afastamos no tempo, diminui a disposição da sociedade – principalmente dos jovens, que não dispõem da memória dos benefícios trazidos pelo

endividamento – de arcar com o sacrifício de pagamentos de elevadas quantias por conta de empréstimos cujos efeitos imediatos se fizeram sentir muito antes.

Talvez a resposta propriamente dita à pergunta se encontre na definição de uma estratégia que efetivamente ocasione a redução no fluxo de pagamentos a ser realizado anualmente a título de juros a um nível que permita um crescimento do PIB de pelo menos 5% a 6% ao ano, o que significaria, descontado o crescimento populacional, um aumento real ainda modesto de 3% a 4% anualmente.

No entanto, a presença permanente de fatores de

instabilidade na economia mundial, o uso sistemático da chamada “influência assimétrica” na resolução dos conflitos entre países, o refluxo das principais economias do mundo sobre si mesmas, tornam mais frágeis os fluxos comerciais e financeiros e aumentam o risco, refletido nos valores praticados das taxas de juros.

Qualquer análise prospectiva das restrições potenciais ao crescimento da economia brasileira deve ter em conta que o país deverá enfrentar condições adversas de financiamento externo, dificuldades crescentes de acesso a mercados externos. Nesse quadro, fomentar o

crescimento dos fluxos de investimento direto estrangeiro pode constituir um importante instrumento de ajuste à restrição externa, como parte integrante de uma nova estratégia de crescimento industrial.

De fato, a simples recomposição gradual dos fluxos de investimento direto como proporção do produto real (desde que não acompanhada por um aumento na taxa de remessas) aos níveis praticados no início da década de 1970 e a também gradual recuperação dos influxos líquidos de empréstimos para um patamar inferior a 2% do PIB podem dar contribuição relevante ao equilíbrio externo em uma perspectiva de longo prazo.